

PROVA DE CONHECIMENTOS

IDENTIFICAÇÃO	
Procedimento Concursal:	Técnico Superior de Recursos Humanos - Referência E – Aviso n.º 22120/2024/2, série 2 nº 193
Nome:	
N.º BI/Cartão de Cidadão:	Data: 2 de abril de 2025
Nota:	

INSTRUÇÕES

- A prova tem a duração máxima de 120 minutos (2 horas);
- O enunciado da prova é constituído por 6 páginas/3 folhas;
- Durante a prova os candidatos não poderão comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao concurso. A infração ao anteriormente estipulado, implicará para o candidato a sua **imediata exclusão** do concurso;
- Responda às perguntas na “**folha de resposta**” devidamente identificadas e numa caligrafia legível, sob pena de as mesmas não serem consideradas. Caso necessite de folhas brancas ou “folha de resposta”, solicite ao supervisor;
- Durante a prova é admitida a consulta de legislação em formato papel, desde que não comentada/annotada;
- Não deve ser colocada qualquer rubrica ou sinalização nas “folhas de resposta” que possam identificar o candidato;
- Quando terminar a prova, entregue o enunciado e as folhas de resposta ao supervisor presente na sala;
- Os telemóveis deverão ser desligados antes do início da prova, não sendo admissível a utilização de qualquer meio digital ou informático.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

- Será valorizado o rigor, a clareza e poder de síntese das respostas dadas;
- Se obtiver 9,5 ou mais valores na prova será considerado/a aprovado/a.
- Valorização: A correção da prova respeita a escala de 0 a 20 valores
 - 1.ª Parte: 5 valores (0,50 valores por cada resposta correta);
 - 2.ª Parte: 11 valores (1 valor por cada resposta totalmente correta e justificada);
 - 3.ª Parte: 4 valores.

PROVA DE CONHECIMENTOS

1.ª PARTE

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhadas no aviso de abertura do presente concurso, indique na folha de resposta a única resposta correta (0.5 valor por cada resposta correta).

1. Quando um determinado Trabalhador preste trabalho suplementar ao sábado (considerado para este, como dia de descanso semanal e que ainda não tenham sido ultrapassadas as 100 horas anuais de prestação de trabalho suplementar) confere-lhe o direito a receber o equivalente a:

- A. 25% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.
- B. 37,5% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.
- C. 50% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.
- D. 100% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.

2. Do princípio da especialidade decorre que os órgãos das autarquias locais:

- A. Só podem deliberar sobre os assuntos desde que sejam relacionados com a área geográfica da autarquia.
- B. Só podem deliberar sobre os assuntos desde que se insiram nas suas atribuições e sejam da competência do órgão que delibera.
- C. Só podem deliberar sobre qualquer assunto desde que constem da ordem de trabalhos das respetivas reuniões.

3. Um requerimento foi apresentado a uma Autarquia Local que não era competente para a sua decisão. Perante o sucedido, o documento:

- A. É devolvido ao Particular que o apresentou.
- B. É enviado oficiosamente ao Órgão Titular da competência, disso se notificando o particular.
- C. É analisado e decidido pelo Presidente da Câmara Municipal.
- D. É analisado e decidido pelo Presidente da Assembleia Municipal.

4. O valor do subsídio de Natal é proporcional ao tempo de serviço prestado no ano civil:

- A. No ano seguinte ao da admissão do Trabalhador.
- B. No ano da cessação do contrato.

PROVA DE CONHECIMENTOS

- C. Em caso de suspensão do contrato, salvo se por doença do Trabalhador.
- D. No abono de subsídio de férias do ano seguinte ao da admissão do Trabalhador.

5. A competência para a avaliação do período experimental do trabalhador é:

- A. Do Presidente da Câmara Municipal.
- B. Do Júri do respetivo procedimento de recrutamento.
- C. Do Vereador com competências delegadas em matéria de recursos humanos.
- D. De um Júri especialmente constituído para o efeito.

6. Por motivo de urgência e caso a Câmara Municipal não possa reunir extraordinariamente, o Presidente da Câmara Municipal pode praticar atos administrativos da competência desta, ficando os mesmos:

- A. Sujeitos a retificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de nulidade.
- B. Sujeitos a retificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de anulabilidade.
- C. Sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de nulidade.
- D. Sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

7. Ocorrendo a doença de um Trabalhador que exerce funções públicas, com vínculo de emprego público, abrangido pelo regime de proteção social convergente, em regra, os primeiros três dias são:

- A. Pagos integralmente pelo Empregador Público.
- B. Pagos pela Segurança Social.
- C. Não são pagos.
- D. Poderão ser pagos se o Dirigente máximo do serviço assim o entender.

8. O vínculo de emprego público suspende-se:

PROVA DE CONHECIMENTOS

- A. Por doença que ocorra consecutivamente há mais de um mês.
- B. Por cinco faltas injustificadas consecutivas.
- C. Por dez faltas injustificadas interpoladas.
- D. Por falta injustificada ocorrida à sexta-feira ou à segunda-feira.

9. A comissão paritária é:

- A. um Órgão que me emite pareceres vinculativos sobre as propostas de avaliação dadas a conhecer aos Trabalhadores avaliados antes da homologação.
- B. composta por Representantes da Administração e dos Trabalhadores, ao qual compete apreciar as propostas de avaliação dadas a conhecer aos Trabalhadores avaliados, antes da homologação.
- C. um Órgão consultivo, instituído em sede de SIADAP 2.
- D. composto por Representantes da Administração e dos Trabalhadores, ao qual compete apreciar as propostas de avaliação dadas a conhecer aos Trabalhadores avaliados, depois da homologação do Dirigente máximo.

10. Nos termos do Código de Procedimento Administrativo, o prazo para apresentar reclamação e recurso administrativo contra a omissão ilegal de ato administrativo é:

- A. Um ano
- B. Seis meses
- C. 30 dias
- D. 15 dias

PROVA DE CONHECIMENTOS

2.ª PARTE

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhadas no aviso de abertura do presente concurso, indique se as afirmações abaixo formuladas, são VERDADEIRAS ou FALSAS, justificando a sua resposta com referência à legislação aplicável. (1 valor por cada resposta totalmente correta e justificada. A justificação será valorada em 70% da resposta)

11. Existe obrigatoriedade de ser gozado um período mínimo de dez dias consecutivos de férias.
12. O processo disciplinar de averiguações é aplicável a todos os Trabalhadores
13. Todas as Entidades, independentemente da respetiva natureza jurídica e do seu grau de autonomia, contribuem mensalmente para a CGA, I. P. (Caixa Geral de. Aposentações), com 13,75 % da remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de proteção social convergente ao seu serviço.
14. Num processo de recrutamento, a lista de ordenação final é elaborada no prazo de dez dias seguidos após a realização do último método de seleção.
15. O cargo de Diretor municipal pode ser provido nos Municípios desde que assegurada a correspondente cobertura orçamental e demonstrados critérios de racionalidade organizacional face às atribuições e competências detidas.
16. Estando em causa um pedido de licença sem vencimento por 3 meses, de um Trabalhador da Câmara que é filho do Dirigente, só o Presidente da Câmara Municipal poderá decidir.
17. A alteração da avaliação final em sede de reclamação ou de recurso está condicionada pelas percentagens máximas de diferenciação de desempenhos.
18. O Sistema Remuneratório da Administração Pública para 2025, define a carreira geral de técnico superior com 11 posições remuneratórias, começando no valor de 1.442,57 €.
19. Um Trabalhador que inicie funções a 1 de maio na carreira técnica superior, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, será avaliado por parâmetros.
20. A avaliação do desempenho de um assistente técnico incide sempre sobre os parâmetros resultados e competências.

PROVA DE CONHECIMENTOS

21. O período de licença sem vencimento de 9 meses não conta para efeitos de antiguidade e no seu final o trabalhador tem direito à ocupação de posto de trabalho no serviço.

3.ª PARTE

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhadas no aviso de abertura do presente concurso, comente as seguintes afirmações, justificando a sua resposta com referência à legislação aplicável.

22. Um Trabalhador terminou o seu ciclo de estudos superiores em Gestão de Recursos Humanos passando a ser detentor do título de mestre. A sua categoria é de Assistente Técnico e após ter apresentado o certificado de habilitações vai iniciar funções de técnico superior no mesmo serviço ao abrigo do regime da Mobilidade Interna.

1. A mobilidade interna do Trabalhador dá lugar à remuneração correspondente às novas funções. (1 valor)
2. Há lugar à consolidação da mobilidade após seis meses ou a duração do período experimental exigido para a categoria, caso este seja superior. (1 valor)

23. O mapa de pessoal de cada Autarquia constitui um instrumento fundamental para a gestão das atribuições e competências que lhe estão cometidas. Indique quais os elementos que devem constar do mapa de pessoal, bem como o órgão competente para a sua aprovação, atento o regime legal. (2 valores)

Responda a todas perguntas na “**folha de resposta**” devidamente identificadas e numa caligrafia legível, sob pena de as mesmas não serem consideradas. Caso necessite de folhas brancas ou “folha de resposta”, solicite ao supervisor.

- FIM -